

Debate

A Seca é a causa da pobreza rural no Nordeste?

Are Droughts the Real Cause of Poverty in the Rural Northeast of Brazil?

Participantes:

Joacir Rufino de Aquino, Amílcar Baiardi e Sergio Schneider

Organizadora:

Mireya Eugenia Valencia Perafán*

**Professora da Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária.
Presidente da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Gestão Territorial do Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade da UnB.
mireya_eugenia@hotmail.com
mireya@rete.inf.br*

Recebido em 03.11.2015
Aceito em 21.11.2015

DEBATE

Em 02 de outubro de 2015 foi publicado no "Jornal de Fato" (<http://www.defato.com/edicoes/1020>), da cidade de Mossoró (Rio Grande do Norte – Brasil), um texto do professor Joacir Rufino de Aquino, estudioso da questão regional, cuja pergunta central "A seca é a causa da pobreza rural no Nordeste?" e conteúdo geraram um interessante debate entre alguns especialistas atuantes na área de estudos rurais no Brasil e integrantes de uma lista de e-mail criada pelo próprio professor ora citado. No âmbito desse debate, questiona-se firmemente a tese que procura associar a pobreza rural ainda predominante no Nordeste brasileiro unicamente à escassez de chuvas agravada nos últimos anos (2012-2015). Ademais, no calor das discussões, aflorou, entre outros temas, um conjunto de proposições sobre as diretrizes de uma estratégia de desenvolvimento rural para a região e, especialmente, para a área do Semiárido, despontando duas visões distintas sobre os caminhos a serem seguidos para garantir a melhoria da

qualidade de vida das famílias que vivem nessa porção do território nacional. Nesse contexto, considerando a relevância do assunto tratado para o campo das Ciências Sociais, ReGIS, com a permissão dos pesquisadores participantes do debate, procurou recuperar os principais pontos que permearam a discussão no sentido de abrir espaço para a reflexão dessa instigante temática que tem ocupado espaço na agenda de grandes intelectuais brasileiros desde meados do século XX, mas que encontra-se ainda inconclusa.

Professor MSc Joacir Rufino de Aquino

Economista pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2000) e Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande (2003). Atualmente é Professor Adjunto III e Pesquisador na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Rural e Regional, atuando nos seguintes temas: agricultura familiar e desenvolvimento rural, avaliação de políticas públicas, financiamento rural, pobreza rural e políticas sociais para o campo, economia do Nordeste semiárido, desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Professor Dr. Amílcar Baiardi

Graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia, pós-graduação em *Reforma Agrária y Desarrollo Rural* pelo IICA-CIRA da OEA em Bogotá, Colombia, mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado em História das Ciências no *Istituto e Museo di Storia della Scienza, Firenze* de Itália. Atualmente é professor da Universidade Católica do Salvador, UCSAL, e professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia, UFBA, e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB. É professor permanente dos programas de pós-graduação, M/D, em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSAL, e Ensino, Filosofia e História da Ciência, UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana. É professor orientador da *Universitat de Barcelona* e da *Università di Bologna*. Foi professor visitante da Universidade de Bolonha na Itália, da Universidade de Aarhus na Dinamarca e lecturer da Universidade de Palackeho, Omoluc, na República Checa. Em 1997 ganhou o Prêmio Jaboti de melhor livro na área de ciência e tecnologia. É membro titular fundador da Academia de Ciências da Bahia. Nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, tem como eixo de pesquisa e ensino, Ciência e Tecnologia, nas dimensões política, histórica, social, econômica e papel da C&T no desenvolvimento local e rural.

Professor Dr. Sergio Schneider

Professor-Associado IV do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da UFRGS. Está realizando pós-doutorado na *City University of London* com o Prof. Tim Lang no momento. Pós-doutor no *Institut of City and Regional Planning*, na Cardiff University/Wales/UK, com Terry Marsden. Concluiu o Doutorado em Sociologia (UFRGS/Université Paris X) em 1999, o Mestrado em Sociologia (UNICAMP) em 1994 e a Graduação em Ciências Sociais (UFRGS) em 1990. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2003. Atual Vice Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru). Coordena o grupo de pesquisa Gepad, credenciado pelo CNPq. Seus temas de pesquisa estão nas áreas de sociologia rural, da alimentação e do desenvolvimento, tendo como temas a agricultura familiar e os processos de diferenciação social e econômica no meio rural, pluratividade, políticas públicas e o papel do Estado, o desenvolvimento rural territorial, cadeias alimentares curtas, consumo alimentar, políticas de abastecimento e sistemas agroalimentares. Coordena quatro projetos de pesquisa, um Convênio Internacional CAPES-Wageningen/Holanda e integra uma iniciativa internacional denominada Brics Initiative for *CriticalAgrarian Studies* (Bicas), além de pesquisas com a *China Aricultural University* (CAU). Possui três livros publicados e organizou outros 8 em coletivos. Possui 70 capítulos de livros, 109 artigos em periódicos e 79 trabalhos em anais de congressos. Coordena a Série Estudos Rurais que publica livros sobre desenvolvimento rural pela Editora da UFRGS e é editor-associado da Revista Ciência Rural (Qualis A1).

Pergunta: “A seca é a causa da pobreza rural no Nordeste?”

Professor Joacir responde categoricamente: “Não! O fenômeno climático é só um dos fatores da equação onde a escassez e a irregularidade das chuvas aprofundam um quadro de pobreza preexistente, provocado historicamente por fatores políticos relacionados ao descaso governamental com a problemática da miséria e das desigualdades prevalentes na estrutura agrária, herdada da época da colonização. Na verdade, a pobreza nordestina tem um determinante natural, mas ela é decorrente, acima de tudo, de fatores sociopolíticos. O fato é que, apesar de alguns avanços, pouco foi feito para dotar os agricultores da região dos meios necessários para conviver de forma sustentável com as características ambientais específicas do território onde estão inseridos”.

A partir da publicação “Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira”, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), o professor Joacir Rufino de Aquino outorga maior peso a sua argumentação:

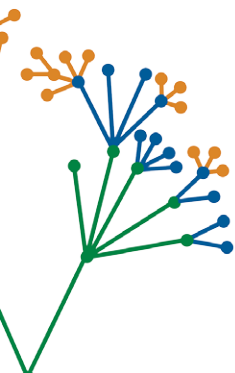
“Mesmo em 2006, um ano de bom inverno, a situação da esmagadora maioria dos produtores rurais nordestinos era extremamente precária. Para se ter uma ideia, o valor médio da produção anual gerada por 72% dos agricultores familiares da região foi de apenas R\$ 1.118,00. Na base desse cenário de pobreza retratado pelas estatísticas oficiais está um ambiente de ‘múltiplas carências produtivas’ que só foi descoberto há pouco tempo graças à estratificação da agricultura familiar em diversos segmentos de renda. Ainda conforme o estudo do Ipea, a maior parte das famílias pesquisadas, algo em torno de 60%, tinha áreas de terras inferiores a cinco hectares, quando especialistas estimam que o tamanho ideal de uma propriedade rural no semiárido deve variar de 50 a 100 hectares. Quanto aos indicadores educacionais e organizativos, apenas 8% dos chefes de estabelecimentos possuíam formação acima do Ensino Fundamental Completo e somente 1% era filiado a alguma cooperativa.

Além disso, o Censo Agropecuário revelou que os estabelecimentos de baixa renda, onde estavam abrigados mais de 4,2 milhões de pessoas, eram geridos praticamente sem qualquer assistência técnica, já que 96% das unidades não receberam a visita de um agrônomo ou extensionista rural uma única vez no ano. Por outro lado, ficou evidente que as atividades agropecuárias de tal grupo de produtores estavam totalmente vulneráveis às oscilações climáticas, haja vista que aproximadamente 3% dos estabelecimentos contavam com irrigação e 99% não dispunha sequer de silos para armazenar ração e forragem para seus pequenos rebanhos de animais.”



Motivado pelo texto do Professor Aquino, o professor Amílcar Baiardi acrescenta elementos ao debate partindo das discussões que ocorreram na oficina promovida pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) realizada em Brasília em 02 e 03 de outubro de 2015, onde foram discutidos e propostos temas, linhas, programas e políticas de CT&I para o Nordeste semiárido. O professor Baiardi sintetiza alguns pontos de convergência consensos entre os participantes da oficina como segue:

1. O Semiárido está se esvaziando demograficamente, levando à escassez de força de trabalho para estabelecimentos não familiares que contratam trabalho assalariado;
2. Devido à dispersão, escala de produção, riscos climáticos, degradação do meio ambiente e resistência/impossibilidade de adoção de inovações gerenciais e tecnológicas, a pequena produção familiar não pode ter na agropecuária convencional e de sequeiro instrumento eficaz de geração de renda e de prosperidade;
3. Reforça-se a percepção que o escudo cristalino, causa da pouca profundidade e impermeabilidade dos solos, é um obstáculo às atividades agropecuárias, salvo aquelas viabilizadas por elevados recursos de capital e conhecimento técnico, as quais poderão disponibilizar água, solo e energia em condições atípicas;
4. As restrições à produção agropecuária por parte da camada de subsolo cristalina não se aplicam com mesma intensidade aos ecossistemas de altitude e às manchas aluviais e calcárias, que tornam os solos mais profundos e menos litólicos;
5. As possibilidades de implantação de perímetros irrigados, que combinam disponibilidade de água, solo e energia, são limitadas a pouco mais de 5% da área do Semiárido;
6. Há promissoras tecnologias de cultivo hidropônico com águas salobras e de dessalinização, mas se enquadram nas condições previstas no item 3;
7. A geração de energia com base em fontes eólicas e solares tem potencial para ser alternativa de renda e ocupação para a população rural do Semiárido. O mesmo se aplica ao aproveitamento de recursos minerais, que depende de pesquisas geológicas e pesquisa e desenvolvimento (P&D), em metalurgia;
8. A maioria das intervenções do Estado e da sociedade civil, com vistas à "convivência com a seca", no máximo mitigam as condições de vida das populações e não oferecem perspectivas de acesso a estratos superiores de renda, à prosperidade;



9. O aquecimento global exige adensamento e ampliação das pesquisas relacionadas à disponibilidade de água e à obtenção de variedades de animais e plantas mais resistentes;

10. O despovoamento organizado do Semiárido, associado a assentamentos em condições mais adequadas como propunha o GTDN, deve ser reexaminado de acordo com o olhar de Ester Boserup, em *The Conditions of Agricultural Growth: The Economics of Agrarian Change under Population Pressure*;

11. Nesta linha, ingentes esforços devem ser feitos na direção de criação e ampliação de unidades de conservação como também de reflorestamento, até mesmo com espécies exóticas;

12. O meio urbano deve merecer mais atenção do Estado e da sociedade civil em termos de infraestrutura e possibilidades de ocupação e renda nos setores secundário e terciário, face às restrições às atividades agropecuárias de sequeiro, cujos rendimentos físicos são decrescentes, já não garantem abastecimento regular das feiras nos povoados e que propendem para especialização produtiva na forma da bovinocultura extensiva;

13. As experiências mais bem sucedidas de recuperação de solo e de umidade, mediante manejo de bacias hidrográficas, requerem maior disponibilidade de terra por família, no mínimo 200 ha, cinco vezes o módulo rural, além de elevada propensão a cooperar e a renunciar rendimentos imediatos, na linha da gestão de recursos naturais prevista por Elinor Ostrom em *"Governing the Commons"*;

14. O Semiárido deve ser objeto de estudos socioeconômicos amplos que enfoquem as novas relações de poder que surgem diante do enfraquecimento da antiga elite latifundiária, mas que, a exemplo dela, ensejam atores que também se utilizam de favores do Estado para perpetuar o atraso, reproduzem a "indústria da seca".

Instigado pelos comentários do Professor Amílcar Baiardi, o professor Joacir Rufino de Aquino responde:

"Particularmente, acho que o Nordeste semiárido precisa de uma estratégia de desenvolvimento rural. Não podemos esquecer que os perímetros irrigados implantados na região estão longe de serem tidos como modelos de sucesso, pois a maior parte vai mal das pernas... Continuo discordando da tese de que o Semiárido passa por um processo de esvaziamento populacional inevitável. A previdência rural, as transferências de renda e as demais políticas públicas (embora desarticuladas) aumentaram a resistência da região. Uma prova disso é que não estamos assistindo a nenhuma migração em massa apesar da maior seca dos últimos tempos (2012-2015). Vale registrar que migração rural-urbana



se manifesta em todas as partes do Brasil. O próprio Eliseu Alves, em palestra proferida na UFRGS no ano passado, usando a mesma base de dados do Censo 2006 mostrou que a migração na Região Sul foi maior do que no Semiárido no mesmo período. Então, a situação precisa ser analisada realmente com cuidado, uma vez que o problema da migração não está associado apenas ao baixo dinamismo da agricultura. Vale lembrar que boa parte das sugestões muito bem apontadas pelo professor Amílcar já estavam indicadas (de certa forma) em propostas passadas, como o Projeto Áridas do início dos anos 1990, que nunca saiu do papel e morreu antes de vingar.

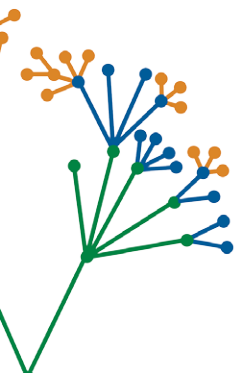
Espero, então, que sejamos capazes de refletir sobre os erros e acertos das políticas implementadas historicamente no Nordeste, no sentido de unir forças em prol da melhoria da qualidade de vida na região. Nesse sentido, talvez seja viável pensarmos a constituição de uma Agência de Desenvolvimento Rural do Nordeste semiárido, com as mesmas funções da Sudene quando foi criada por Celso Furtado (ou a revitalização dessa autarquia), como forma de agregar as energias dispersas entre as várias instituições regionais e como instrumento de planejamento.”

O professor Sergio Schneider, informa que apesar de não ser nordestino interessa-se muito por essa região, e comenta o artigo do professor Joacir Rufino de Aquino e questiona alguns dos pontos sintetizados pelo professor Amílcar.

A ideia central do professor Sérgio neste debate desenvolve-se a partir da seguinte afirmação: “Desenvolvimento rural não se faz apenas com agricultura e pecuária, mas com integração intersetorial”.

Nas palavras do professor Sergio Schneider: “Estou convencido de que no Brasil não há região que dependa tanto de uma verdadeira política/projeto de desenvolvimento rural como a região do Semiárido nordestino e, por isso, a ideia da agência do professor Joacir é muito boa. E mais, se conseguirmos suplantar o desafio de tornar o semiárido um lugar decente para as pessoas que ali escolham viver, poderemos nos orgulhar e teremos ainda muito mais a ensinar para os estrangeiros, que estão olhando e até copiando algumas políticas de desenvolvimento rural recentes do Brasil, tal como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”.

Não há saída única e nem mágica para o problema, isso todos sabemos. Mas certamente oferecer “mais do mesmo remédio” também não vai ajudar. Refiro-me às propostas que preconizam irrigação como foco do desenvolvimento agrícola por um lado e o deslocamento populacional por outro. Estas são propostas da década de 1970, que foram implantadas e colocadas à prova, e seus resultados não resolveram a questão.



Muito simples: não há água para irrigar todo o Semiárido nordestino e mesmo onde se faz irrigação (nos perímetros de Juazeiro/BA – Petrolina/PE e Vale do Assu/RN, por exemplo) os impactos ambientais são desabonadores dessas iniciativas, assim como a elitização do acesso aos recursos hídricos por um punhado pequeno de produtores capitalizados. Por outro lado, também não há mais possibilidade de deslocar os pequenos e pobres camponeses do Semiárido para as urbes metropolitanas do Sudeste e mesmo as grandes cidades do Nordeste, como Recife e Salvador, pois lá não vão encontrar emprego, nem mesmo na informalidade.

Estas duas propostas (irrigação e migração rural-urbana) já foram tentadas há muito tempo e resultaram no agravamento do quadro hoje existente, ainda que nos anos recentes tenha havido melhoras significativas, é preciso reconhecer – basta nos lembrar daquelas imagens de famélicos na TV nos anos 1970 e as famigeradas frentes de trabalho.

As propostas que o colega professor Amílcar enviou (que ainda carecem ser apropriadas, como ele mesmo se refere) não tocam num aspecto fundamental para o desenvolvimento do Semiárido, que é o fato de que parte (quero enfatizar parte) da saída para o problema rural é, na verdade, de natureza urbana. Melhorar a vida de quem vive na Caatinga não passa nem por “modernizá-los” e nem por “convidá-los a se retirarem”, mas em uma integração intersetorial das economias regionais e territoriais de própria região que requer, entre outras coisas, apoio à criatividade e inventividade do povo que vive no Semiárido e estímulo e atração de empreendimentos de fora, especialmente de setores não agrícolas.

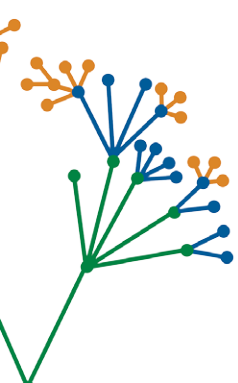
Há dois casos/setores ainda mal compreendidos do ponto de vista de seu enorme potencial econômico no Nordeste do Brasil que são o setor de serviços e a indústria da transformação, sobretudo calçados e têxteis. Uma parte significativa da população do grande Semiárido poderia e deveria ser ocupada nos municípios médios para a região (acima de 10 mil habitantes), em atividades industriais que exigem pouca qualificação da mão de obra e capital não intensivo. A industrialização com base em atividades tradicionais, como os economistas gostam de definir essas indústrias, ainda é, em minha opinião, uma das melhores saídas para o desenvolvimento rural da região semiárida do Nordeste. Estimulando-se a chegada de empresas desses setores ou mesmo apoiando a ampliação de escala daquelas que já existem na região, em pouco tempo a migração da mão de obra rural para fora da agricultura se assentaria na própria região, estimulando economias de proximidade e integrando o rural e urbano. Isso estimularia o mercado de trabalho não agrícola que poderia absorver na própria região o excedente demográfico que existe e geraria, em médio prazo (20/30 anos), uma reorganização fundiária, selecionando aqueles que poderiam produzir alimentos para alimentar o consumo na região.



Esta proposta se coaduna e dialoga com o que tem sido proposto por organismos internacionais em relação ao desenvolvimento rural em regiões de pobreza e onde há, ao mesmo tempo, excedente demográfico e falta de ativos produtivos, como terra, que já está toda ocupada ou sofre problemas como a falta de água ou o esgotamento da sua fertilidade. O *Department of International Development* (DFID) do Reino Unido, que atua em projetos de desenvolvimento na África Subsaariana, em seu recente documento sobre Agricultura e Desenvolvimento (2015), sugere que a superação da pobreza deve privilegiar o fortalecimento dos meios de vida da população rural, seja pelo incremento produtivo seja através das atividades e rendas não agrícolas, geradas por outros setores que não a agricultura. O documento do Banco Mundial de 2008 sobre agricultura e desenvolvimento também já havia sugerido que muitos pequenos produtores poderiam se viabilizar pelas atividades e ingressos não agropecuários no meio rural. Essas instituições rejeitam as políticas de estímulo à migração assim como as políticas sociais e assistências (tipo Bolsa Família) como saídas para os problemas das populações mais vulneráveis.

No caso do Semiárido do Nordeste do Brasil, creio que estudiosos e técnicos de agências governamentais ganhariam se buscassem inspiração com os processos que ocorreram na pobre 3ª Itália, ou mesmo em algumas regiões da Índia rural e com a aridez de Israel. São três exemplos bem-sucedidos que combinaram desenvolvimento rural com industrialização difusa. No caso do Brasil, como poderíamos viabilizar e acelerar esse processo? Creio que deveríamos estudar melhor o sistema de apoio e incentivos fiscais para as indústrias que tanto o BNDES como os bancos regionais, tal como o BNB e os governos estaduais concedem. Mais do que isso, teríamos que rever o sistema de incentivos públicos aos perímetros irrigados e em vez de compromisso com o aumento da produção deveriam ser estabelecidos compromissos com o emprego e a qualidade de vida. Afinal, boa parte desses empreendimentos é financiado com dinheiro público. Além disso, temos que desenvolver uma boa política de financiamento para melhoria dos ativos e das infraestruturas, como exemplo, cito o caso do acesso a pequenas motos e a melhoria da internet no meio rural, de tal modo que os trabalhadores que residem em áreas rurais em um raio diário de até 60/70 km possam se deslocar para trabalhar em atividades não agrícolas. Em pouco tempo, o espaço rural mudaria de figura mesmo que a aparência árida não desaparecesse, veríamos pequenas casas, alguns animais em volta e uma família de sertanejos; seria um rural com gente.

Enfim, não estou negando ou desconhecendo as limitações naturais destacadas pelos colegas, especialmente Amílcar e João Ricardo da Embrapa. Contudo, me nego a aceitar o determinismo natural (seca, solo inadequado, restrições ambientais) como fator determinante para explicar a pobreza rural. Por outro lado, não sou ingênuo a ponto de achar que no Semiárido seja possível praticar uma agricultura intensiva, altamente demandante de recursos hídricos quando é sabido e evidente que eles são escassos. O que tenho lido (e visitado) sobre



os perímetros irrigados é suficiente para formar o juízo de que eles não são a solução, tal como estão organizados. O Brasil é um país jovem e com o passar do tempo e a melhoria da educação dos jovens e os incrementos na infraestrutura, é provável que muitos deixarão de viver e se reproduzir social e economicamente da agricultura, mas isso não quer dizer que essas pessoas queiram deixar o território onde nasceram e vivem. É por isso que uma política de desenvolvimento rural faz sentido para essa população e deveria privilegiar e apoiar as economias locais e de proximidade, fortalecendo os ativos locais e os meios de vida das populações, que têm direito a escolher como viver e ser feliz.

Professor Amílcar Baiardi complementa defendendo seu argumento central:

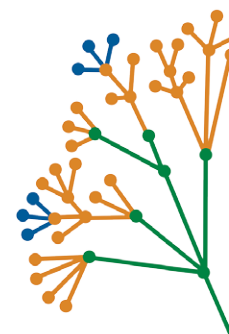
Conviria a intensificar a produção intelectual e a difusão de ideias sobre o desafio do Semiárido que persiste como maior bolsão de miséria do País. Deve-se examinar a possibilidade de remanejar populações com fortes valores de produtor rural para áreas de menor risco, de acordo com o relatório do GTDN coordenado por Celso Furtado e o trabalho de Hans Singer, "Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste" (Recife: CONDEPE, 1962).

Professor Joacir conclui:

Diante do quadro apresentado, é urgente arregaçar as mangas e pressionar a classe política por mudanças profundas na realidade social do sertão. Nessa agenda de lutas, afora as questões mais imediatas relacionadas ao abastecimento de água para o consumo humano, devem ser incorporadas outras bandeiras, como, por exemplo, a democratização da terra, a educação de qualidade e demais aspectos atinentes ao fortalecimento das pequenas e médias propriedades familiares que clamam por apoio no meio rural.

E, por fim, o professor Sérgio acrescenta:

Continuo acreditando que fazer desenvolvimento é promover processos de mudança social, mas esses processos não podem ser centralizados e nem assentados em uma racionalidade ou concepção externa aos atores que sofrem os efeitos desse processo. A maioria das pessoas do Semiárido nordestino são gente muito simples, que busca viver dignamente, manter seus valores e cultivar suas tradições. Devemos respeitar essas escolhas. Uma política de desenvolvimento para essas pessoas fará sentido se puder fortalecer e apoiar os seus meios de vida, permitindo que as próprias pessoas possam escolher o seu modo de vida e as estratégias de mudança. O que cabe às políticas públicas é promover oportunidades, gerar capacidades e estimular a criação de mecanismos em que os próprios atores sejam agentes do processo de mudança.



ReGIS conclui que o debate apresentado indica pistas para uma rica agenda de pesquisa sobre o presente e o futuro do rural nordestino. Naturalmente, uma vez aceito o pressuposto de que os fenômenos climáticos não são os únicos determinantes do quadro social precário ainda prevalente na região, é preciso avançar na compreensão dos fatores políticos que influenciam na conformação do problema social identificado. Além disso, cabe averiguar mais detalhadamente os erros e acertos das principais políticas públicas implementadas na região nos últimos 20 anos, bem como os rumos dos projetos políticos delineados, uma vez que as premissas da via modernizante parecem caminhar na contramão da corrente que propõe uma estratégia de desenvolvimento multi-dimensional pautada na integração rural-urbana no contexto territorial regional. Portanto, espera-se que mais pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento possam se debruçar sobre o assunto abordado na expectativa de que, nas próximas edições, ele possa ser aprofundado.

